

## A política em tempos de mudança

As próximas eleições testarão alternativas de ideias, expressas por reformas, que o país aguarda com ansiedade desde 1994, com o Plano Real.

**Gustavo Franco**

6/2/2002 00:35 EST

As últimas duas décadas foram ricas em mudanças na esfera da economia e, principalmente, no tocante ao relacionamento entre as nações. É comum, inclusive, ouvir-se a expressão "aceleração da História" para designar a inquietante sensação de que tudo parece ter lugar numa velocidade maior, e que as reações a este complexo de transformações têm de ser igualmente velozes a fim de que as nações, as empresas e os indivíduos não sejam deixados para trás.

É curioso observar, todavia, que a globalização apenas chegou ao Brasil em julho de 1994, com o Plano Real. Uma das consequências da hiperinflação, que ali terminava, foi a de nos manter na categoria das nações exóticas, com as quais não era possível manter relações econômicas profundas. Nosso isolamento acabou sendo inadvertidamente estendido, o que apenas serviu para ampliar o choque ao amontoar a estabilização com a globalização.

Em termos práticos, é pouco notado que esses dois desafios representaram a criação de uma enorme tensão sobre as esferas decisórias do Executivo e do Legislativo. O ritmo das decisões subitamente se tornou frenético, pois, na batalha contra a inflação, tudo era urgente e relevante, assim como a integração bem-sucedida a um mundo globalizado exigia uma agilidade em ajustar políticas e instituições um tanto estranha aos hábitos locais no terreno da política.

A posteriori, não é de se estranhar que a década de 90, e notadamente a segunda metade, tenha testemunhado uma explosão das Medidas Provisórias (MPs), para cuja edição, não coincidentemente, o requisito constitucional era e continua sendo justamente o da urgência e relevância.

Poucos se dão conta que, graças em parte às MPs, mas principalmente em função do amadurecimento das instituições democráticas no Brasil, foi possível tomar decisões econômicas que as urgências de nosso tempo requeriam. O mundo político não reagiu bem às exigências de agilidade trazidas pela nova ordem econômica. A decisão política é lenta, e no Brasil, o que havia para mudar feria interesses poderosos, vale dizer, tratava-se de beneficiar majorias mudas em detrimento de minorias bem instaladas no Parlamento. A velocidade tornava as coisas ainda mais difíceis, e o gradualismo um eficiente pretexto para procrastinar do Progresso.

Sem dúvida, o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique foi um momento único em matéria de iniciativa e de decisão, trazendo um surto de modernização quase que sem precedente. É tão instigante pensar nos fatores que permitiram tamanho desprendimento neste curto espaço de tempo, como nos que determinaram a fadiga que se observou no segundo mandato.

Ao que tudo indica, a despeito do sucesso das reformas do primeiro mandato, elas deixam feridas: das grandes narrativas às pequenas, das fábricas que fecham aos jornalistas que perdem "boquinhas" de funcionário fantasma em bancos estaduais. Cria-se um movimento alimentado pelo ressentimento cuja bandeira é a elevação do custo político das reformas e a reparação dos danos.

E assim o segundo mandato foi de cicatrização e de ranger de dentes. As próximas eleições testarão alternativas, e as majorias mudas uma vez mais se expressarão pelas reformas.

O Progresso tem custos, por isso tem lugar de forma tão irregular.

---

*Gustavo Franco é economista e ex-presidente do Banco Central*